



GT 31. Economias indígenas e quilombolas e as trocas generalizadas

Coordenador(es):

Amanda Cristina Danaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Lígia Rodrigues de Almeida (FUNAI)

Sessão 1

Debatedor/a: Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

A proposta do GT é criar um fórum de interlocuções com pesquisadores que investigam as diversas formas de organizações econômicas de populações indígenas e quilombolas, operacionalizadas para garantir a sobrevivência física e cultural dentro de um Estado capitalista. Com a expansão colonial europeia na América e especificamente no Brasil, indígenas e, posteriormente comunidades quilombolas, sofreram com as intervenções advindas dos avanços da economia capitalista de mercado de maneiras bem diversificadas. Na região amazônica, por exemplo, durante o século XVIII, o regime de regatão prevaleceu e, no século XIX até os dias atuais, o sistema de aviamento tornou-se operante. Esses dois formatos de relações econômicas foram os propulsores dos intercâmbios comerciais entre indígenas e não indígenas em boa parte das terras baixas da América, estabelecendo uma relação assimétrica entre patrões-fregueses, posseiros e meeiros. No nordeste brasileiro e outras regiões da América, o ajuri (mutirões comunitários), a mita, o meeiro, as trocas recíprocas e generalizadas vinculadas às práticas “tradicional” de produção, modalidades econômicas manejadas por indígenas e quilombolas que fomentam o sustento necessário para a sobrevivência. No contexto de inserção em diversos formatos econômicos e de trocas generalizadas, o GT visa dialogar e refletir sobre as situações econômicas e as peculiaridades aludidas por indígenas e quilombolas e suas intersecções com os Estados e a economia capitalista.

?Tesouro farmacológico?: a pesquisa médica brasileira sobre maconha e suas controvérsias

Autoria: Hellen Monique dos Santos Caetano (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Quando pensamos no uso de maconha no início do século XX, temos profissionais da medicina como protagonistas na corrida para perpetuar a proibição da planta. Historicamente, os saberes médicos têm lugar privilegiado na produção de verdades hegemônicas e isso não foi diferente a respeito da Cannabis. Atualmente, vivemos um processo de ?redescoberta? dos usos terapêuticos dessa planta. As redes formadas em torno da busca pela regulamentação e legalização da maconha para fins terapêuticos no Brasil são marcadas pelo ativismo de familiares e pacientes que desenvolveram técnicas eficazes para sua utilização, configurando uma inversão da lógica tradicional entre os saberes. Existem registros do uso de princípios ativos da maconha, como o THC e o Canabidiol, para tratar inúmeros adoecimentos e seus sintomas, como epilepsia refratária a outros medicamentos, glaucoma e Alzheimer. Esses usos estão envoltos em controvérsias no que diz respeito a aplicabilidade dessa planta de forma medicinal. Isso acarreta em poucos médicos prescrevendo e produzindo works científicos voltados para o uso da maconha como ?medicamento?. No processo desta pesquisa, são considerados artigos científicos publicados em periódicos de saúde, resoluções e notas técnicas da Anvisa, além de documentos produzidos pelo Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira, entre 2014-2019, reconhecendo o caráter heterogêneo dessa discussão. A partir de uma análise documental qualitativa, este work tem como intuito compreender as controvérsias em torno da produção de conhecimento dos saberes médicos sobre o uso de Cannabis no Brasil. Acompanhar a



construção de controvérsias é um dos pontos chave dos estudos sociais da ciência, que buscam tencionar padrões hegemônicos e atentar para as práticas e agenciamentos que constituem as informações relevantes para cada uma das frentes em disputa. Neste work, identificamos quem tem pesquisado sobre maconha, bem como a relação entre ciência e tecnologia, o surgimento de patentes e a relação de médicos brasileiros com a indústria farmacêutica. Nosso objetivo é tencionar essas produções, não com o intuito de deslegitima-las, mas evidenciar o caráter social da produção científica, que está em constante relação com o mundo, seus processos, tensões e coalizões.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: